

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MT000388/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/06/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR029927/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46306.000711/2017-05
DATA DO PROTOCOLO: 12/06/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIARIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ n. 37.466.331/0001-21, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). LUIZ GONCALVES DA COSTA;

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO TRANSPORTE TERRESTRE DE RONDONPOLIS E REGIO - STTRR , CNPJ n. 24.774.242/0001-09, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). LUIZ GONCALVES DA COSTA;

SINTROVALE/MT - SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS E TRABALHADORES RODOVIARIOS DO VALE DO SAO LOURENCO, CNPJ n. 01.975.457/0001-84, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WELLINGTON OLIVEIRA DA SILVA;

SINTTRO SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOV MOTORISTAS PROFISSIONAIS B. GARCAS E REGIAO , CNPJ n. 00.965.244/0001-09, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). LUIZ ROBERTO LIMA NEVES;

SINDICATO DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES TERRESTRE DE CUIABA E REGIAO, CNPJ n. 01.328.699/0001-86, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LEDEVINO DA CONCEICAO;

E

SETCARR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE RONDONOPOLIS E REGIAO, CNPJ n. 13.432.953/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROBERTO LUIZ TEDESCO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional e Econômica das empresas de Logística e Transporte Rodoviário de: Cargas Líquidas, Cargas Sólidas à Granel (também chamadas como lotações ou grandes massas), Carga Fracionada, Carga Industrial, Mudanças, Contêineres, Produtos Perigosos, Produtos Sob Temperatura Controlada (isotérmicos e frigoríficos), Produtos Siderúrgicos, Produtos Especiais de Aço, Madeira em Toras ou Pranchas e Bebidas (engradados líquidos)**, com abrangência territorial em **Água Boa/MT, Alto Araguaia/MT, Alto Boa Vista/MT, Alto Garças/MT, Alto Taquari/MT, Araguaiana/MT, Araguainha/MT, Barra Do Garças/MT, Bom Jesus Do Araguaia/MT, Campinápolis/MT, Campo Verde/MT, Canabrava Do Norte/MT, Canarana/MT, Cocalinho/MT, Confresa/MT, Dom Aquino/MT, Gaúcha Do Norte/MT, General Carneiro/MT, Guiratinga/MT, Itiquira/MT, Jaciara/MT, Juscimeira/MT, Luciara/MT, Nova Brasilândia/MT, Nova Nazaré/MT, Nova Xavantina/MT, Novo Santo Antônio/MT, Novo São**

Joaquim/MT, Paranatinga/MT, Pedra Preta/MT, Pontal Do Araguaia/MT, Ponte Branca/MT, Porto Alegre Do Norte/MT, Poxoréu/MT, Primavera Do Leste/MT, Querência/MT, Ribeirão Cascalheira/MT, Ribeirãozinho/MT, Rondonópolis/MT, Santa Cruz Do Xingu/MT, Santa Terezinha/MT, Santo Antônio Do Leste/MT, São Félix Do Araguaia/MT, São José Do Povo/MT, São José Do Xingu/MT, São Pedro Da Cipa/MT, Serra Nova Dourada/MT, Tesouro/MT, Torixoréu/MT e Vila Rica/MT.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS

A partir de Primeiro de Maio de 2.017, nenhum empregado receberá mensalmente, importância inferior aos seguintes pisos:

PISOS SALARIAIS	
FUNÇÃO	PISO EM R\$
AJUDANTE	1.114,13
CONFERENTE	1.256,41
ENCARREGADO DE ARMAZÉM	2.313,17
ENCARREGADO DE FROTA	1.861,09
MOTORISTA DE CARRETA	1.802,57
MOTORISTA DE CARRETA C/ MAIS DE UMA ARTICULAÇÃO	1.877,15
MOTORISTA ENTREGADOR - TRUCK/TOCO - ¾ - F350	1.504,25
MOTORISTA ENTREGADOR - VEICULO LEVE - CAT. B	1.282,80
MOTORISTA MANOBRISTA	1.249,53
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	1.357,38
PISO NORMATIVO	1.032,67

Parágrafo Primeiro: Para as empresas do Setor de Transporte Rodoviário de Produtos derivados do petróleo e álcool, estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Água Boa, Araguaiana, Barra do Garças, Campinápolis, Campo Verde, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Luciara, Nova Brasilândia, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Paranatinga, Porto Alegre do Norte, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Torixoréu e Vila Rica, ficam estabelecidos os pisos salariais para as funções descritas a seguir:

FUNÇÃO	PISO EM R\$
MOTORISTA DE CARRETA	1.727,91
MOTORISTA DE CARRETA C/ MAIS DE UMA ARTICULAÇÃO	1.802,49

Parágrafo Segundo: O exercício da função de motorista entregador, não exige a empresa de colocar ajudante para auxiliar no trabalho de descarregamento dos produtos transportados.

Parágrafo Terceiro: Fica definido que a função de motorista carreteiro manobrista é aquele em que o motorista contratado efetuará a condução de veículo da empresa contratante, num raio de distância de até 50 km, na realização de manobras nos locais de carregamento ou descarregamento das cargas.

Parágrafo Quarto: Os Motoristas que forem designados para operação de Guincho sobre caminhão ou similares farão jus ao adicional de 15% (quinze por cento) sobre o salário base percebido. O adicional será devido durante o período em que a atividade for exercida e não se incorpora à remuneração quando houver retorno à função anterior.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - DA CORREÇÃO SALARIAL

As partes declaram que o valor dos pisos salariais estabelecidos pela Cláusula 3ª desta Convenção, conforme registrado na Ata de reunião de negociação realizada aos dezessete dias, do mês de maio, de dois mil e dezessete, decorre diretamente do acréscimo de **4,5% (quatro e meio por cento)** sobre o valor dos pisos vigentes em Abril de 2017, na Convenção Coletiva de Trabalho do período de 2016/2017, firmada entre as mesmas partes, percentual este composto da reposição da inflação de 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento), referente ao período de maio de 2016 à abril de 2017, segundo o INPC-IBGE, acrescida do índice de 0,51% (zero vírgula cinquenta e um por cento) de ganho real, sendo este reajuste de 4,50% (quatro e meio por cento), aplicado aos salários de todos os empregados cujas funções não estão relacionadas na Cláusula 3ª desta Convenção, tomando por base o valor do salário de abril de 2.017. Esta correção somente será aplicada até o limite salarial de R\$ 3.434,06 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e seis centavos), ou seja: até o limite salarial de R\$ 3.434,06 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e seis centavos) aplica-se o percentual de correção de 4,50% (quatro e meio por cento) e sobre o valor do salário que exceder a R\$ 3.434,06 (três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e seis centavos), o reajuste a ser aplicado será definido através da livre negociação entre empregado e empregador.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO POR COMISSÃO

É permitida a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem ou da natureza e quantidade de produtos transportados, inclusive mediante oferta de comissão ou qualquer outro tipo de vantagem, desde que essa remuneração ou comissionamento não comprometa a segurança da rodovia e da coletividade ou possibilite a violação das normas previstas na Lei nº 13.103/2015, notadamente no que diz ao cumprimento integral de todos os horários de intervalos e descansos nela previstos e ainda, se o cálculo de tais comissões estiver vinculado a outros itens de segurança, tais como: limitadores de velocidade, estímulos ao baixo consumo de combustível, dentre outras fórmulas de natureza similar a serem adotadas pela empresa.

Parágrafo Primeiro: As empresas que optarem por remunerar seus empregados mediante os sistemas de comissões e reflexo no DSR ou salário misto, este compreendido de salário fixo mais comissões com seus reflexos sobre o descanso semanal remunerado (DSR), poderão ajustar livremente o formato, os percentuais e a periodicidade das respectivas comissões, e quando houver conflito, fica assegurada a intervenção das entidades sindicais subscritoras da presente CCT.

Parágrafo Segundo: As empresas, que optarem por remunerar seus empregados somente pelo sistema de comissões, devem garantir aos mesmos, que o valor das comissões acrescidas com o descanso semanal

remunerado (DSR), seja no mínimo, igual ao piso salarial de sua categoria profissional, sem prejuízo dos benefícios previstos nesta CCT, tais como: diárias, horas extras, cesta básica, bonificação indenizatória, PTS, entre outros.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

As empresas poderão adotar calendário diferenciado para apuração das remunerações por comissão e das horas extras, desde que fique assegurado o pagamento atualizado ao empregado. Tal Calendário é adotado única e exclusivamente para permitir que as empresas processem suas folhas de pagamento dentro dos prazos que adotarem, especialmente aquelas que o fazem dentro do próprio mês, entendendo-se por calendário diferenciado o período, por exemplo, do dia 21 de um mês até o dia 20 do mês seguinte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As Empresas fornecerão a seus empregados, comprovante de pagamento, inclusive por meio eletrônico, contendo sempre, no mínimo a identificação da empregadora e do empregado, a discriminação, uma a uma, de todas as verbas pagas e os descontos efetuados.

Parágrafo Único: Pactua-se a dispensa da assinatura nestes comprovantes pelo empregado, na hipótese do pagamento ocorrer por depósito bancário e ou transferência eletrônica.

Descontos Salariais

CLÁUSULA OITAVA - DOS DESCONTOS INDEVIDOS

Se a empresa fizer algum desconto indevido no salário do empregado, este valor deverá ser devolvido no mês seguinte. Da mesma forma se houver acréscimo indevido o mesmo será descontado no mês subsequente.

Parágrafo Único: É garantido às empresas o direito a estornar e/ou compensar valores referentes ao ticket ou cartão alimentação e/ou diárias, sempre que tais valores forem adiantados integralmente ao trabalhador no início do mês e, posteriormente, verificar-se a ocorrência de faltas injustificadas no período, ou ainda, nos casos em que o trabalhador sofrer rescisão do contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DOS DESCONTOS DOS CONVÊNIOS FIRMADOS PELO SINDICATO LABORAL

As empresas ficam autorizadas a descontarem de seus empregados até a margem consignável de 30% (trinta por cento) do salário, as importâncias decorrentes de convênio firmado com o

Sindicato Laboral, desde que o mesmo apresente às empresas, uma comunicação por escrito, bem como, a autorização expressa do empregado autorizando o referido desconto. O repasse ao Sindicato Laboral do valor descontado dos empregados deverá ser feito até o 10º dia do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Primeiro: As empresas não responderão por qualquer pendência perante os órgãos da administração pública direta e indireta, entidades classistas e empregados, que possam surgir dos descontos realizados e repassados, estipulados pelas entidades profissionais.

Parágrafo Segundo: A restituição de qualquer valor descontado e repassado, caso ocorra, será de responsabilidade exclusiva da entidade profissional, que fica ainda responsável pelo ressarcimento imediato à empresa que vier a ser responsabilizada por tal ressarcimento..

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DESCONTOS NO SALÁRIO

As empresas ficam autorizadas a efetuar descontos nos salários de seus empregados decorrentes de dolo ou culpa, nos casos previstos no Artigo 462, parágrafo primeiro, da CLT, mediante recibo informando o motivo do desconto.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA BONIFICAÇÃO INDENIZATÓRIA

Trata-se de um pagamento feito pelo empregador como meio de agradecer ou reconhecer o empenho do empregado.

Parágrafo Primeiro: As empresas do Setor de Cargas Fracionadas estabelecidas nas cidades matogrossenses de: Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Taquari, Araguainha, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Nova Nazaré, Novo Santo Antonio, Pedra Preta, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Poxoréo, Querência, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Santa Cruz do Xingu, Santo Antônio do Leste, São José do Povo, São José do Xingu, São Pedro da Cipa, Serra Nova Dourada e Tesouro, pagarão a cada um dos seus empregados a título de Bonificação Indenizatória referente ao período de maio de 2.017 a abril de 2.018, o valor linear de R\$ 507,87 (quinhentos e sete reais e oitenta e sete centavos), devendo a mesma ser paga em duas parcelas de R\$ 253,94 (duzentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos), sendo que, a primeira parcela deverá ser paga até o final do mês de dezembro de 2.017 e a segunda parcela deverá ser paga até o final do mês de abril de 2.018.

Parágrafo Segundo: Todas as empresas do Setor de Logística e de Transporte Rodoviário de Cargas em Geral, estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Água Boa, Araguaiana, Barra do Garças, Campinópolis, Campo Verde, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Luciara, Nova Brasilândia, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Paranatinga, Porto Alegre do Norte, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira,

Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Torixoréu e Vila Rica, pagarão a cada um dos seus empregados a título de Bonificação Indenizatória referente ao período de maio de 2.017 a abril de 2.018, o valor linear de R\$ 507,87 (quinhentos e sete reais e oitenta e sete centavos), devendo a mesma ser paga em duas parcelas de R\$ 253,94 (duzentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos), sendo que, a primeira parcela deverá ser paga até o final do mês de dezembro de 2.017 e a segunda parcela deverá ser paga até o final do mês de abril de 2.018.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido o valor de R\$ 42,32 (quarenta e dois reais e trinta e dois centavos) para cada mês trabalhado para efeito de cálculos rescisórios, considerando mês trabalhado acima de 15 dias.

Parágrafo Quarto: A Bonificação Indenizatória de que trata o “caput” desta cláusula, não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO (PTS)

Fica assegurado o PTS de 2% (dois por cento) sobre o piso salarial aos empregados que completarem 02 (dois) anos de serviços prestados à mesma empresa, e mais 1% (um por cento) a cada ano, até o limite máximo de 8% (oito por cento).

Parágrafo Único - Aos empregados que já atingiram o índice superior a 8% (oito por cento), não haverá mais nenhum acréscimo a título de PTS.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS OUTROS ADICIONAIS E DA NÃO INCORPORAÇÃO SALARIAL

O Sindicato Profissional, como forma de incentivo às Empresas para instituírem mais benefícios indiretos a seus Empregados, pactua que todo e qualquer benefício adicional que as Empresas, espontaneamente já concedem ou vierem a conceder aos seus Empregados, tais como, convênios médicos, convênios odontológicos, funerários, de seguro de vida normativo (previsto na lei 13.103/2015) e ou facultativo, previdência privada, convênio alimentação, auxílio alimentação, auxílio educacional de qualquer espécie, clubes esportivos e de lazer, cesta de alimentos, reembolso de despesas, aluguel e direito de uso de veículo da Empresa para o trabalho, todos, sem exceção, terão caráter eminentemente indenizatório, não se integrando, portanto, para nenhum efeito, ao salário do Empregado.

Ajuda de Custo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DIÁRIAS DE VIAGEM / ALIMENTAÇÃO E PERNOITE

Quando o trabalhador for empreender viagem, as empresas ficam obrigadas a garantirem as condições necessárias para os pernoites e alimentação com base nas condições a seguir:

Parágrafo Primeiro: A partir de Primeiro de Maio de 2.017, excetuando-se as empresas do Setor de Cargas Fracionadas, todas as empresas do Setor de Logística e de Transporte Rodoviário de Cargas em Geral, estabelecidas nas cidades matogrossenses de: Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Taquari, Araguinha, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Nova Nazaré, Novo Santo Antonio, Pedra Preta, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Poxoréo, Querência, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Santa Cruz do Xingu, Santo Antonio do Leste, São José do Povo, São José do Xingu, São Pedro da Cipa, Serra Nova Dourada e Tesouro, pagarão aos seus motoristas, a título de diárias, o valor mínimo de R\$ 65,42 (sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Entretanto, na hipótese do motorista não fazer jus à integralidade das diárias, as empresas poderão pagar as mesmas de forma parcial, sendo o valor mínimo de R\$ 37,88 (trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), para cobrir as despesas com alimentação ou, o valor mínimo de R\$ 27,54 (vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para cobrir as despesas com o pernoite.

Parágrafo Segundo: Para as empresas do Setor de Cargas Fracionadas estabelecidas nas cidades relacionadas no parágrafo anterior, tendo em vista as suas particularidades remuneratórias, as diárias para viagem terão o valor de R\$ 65,42 (sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Entretanto, na hipótese do motorista não fazer jus à integralidade das diárias, as empresas poderão pagar as mesmas de forma parcial, sendo o valor mínimo de R\$ 44,20 (quarenta e quatro reais e vinte centavos), para cobrir as despesas com alimentação, ou valor mínimo de R\$ 21,22 (vinte e um reais e vinte e dois centavos), para cobrir as despesas com o pernoite.

Parágrafo Terceiro: Para as empresas do Setor de Logística e de Transporte Rodoviário de Cargas em Geral, estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Água Boa, Araguaiana, Barra do Garças, Campinápolis, Campo Verde, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Luciara, Nova Brasilândia, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Paranatinga, Porto Alegre do Norte, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Torixoréu e Vila Rica, as diárias para viagem terão o valor de R\$ 65,42 (sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Entretanto, na hipótese do motorista não fazer jus à integralidade das diárias, as empresas poderão pagar as mesmas de forma parcial, R\$ 44,20 (quarenta e quatro reais e vinte centavos), para cobrir as despesas com alimentação, ou valor mínimo de R\$ 21,22 (vinte e um reais e vinte e dois centavos), para cobrir as despesas com o pernoite.

Parágrafo Quarto: Ficarão isentas do pagamento total das diárias, as empresas que oferecerem alimentação e alojamento, e parcial, as empresas que oferecerem alimentação ou alojamento, equiparando-se a alojamento os veículos que possuam cabina com leito.

Parágrafo Quinto: Assegura-se, a todas as empresas, a adoção do sistema em que as despesas de manutenção do trabalhador em viagem sejam consideradas sempre de natureza indenizatória, nos termos do parágrafo único do art. 1º da instrução Normativa nº 8 de 01 de Novembro de 1991, da Secretaria Nacional do Trabalho.

Parágrafo Sexto: Fica expressamente convencionado que os adiantamentos de valores feitos pelo empregador ao empregado para cobrir eventuais despesas do mesmo ou de manutenção do veículo em viagem, seja sob que nomenclatura for, com ou sem comprovação a priori ou a posterior das despesas, inclusive sob o sistema de reembolso de despesas ou o que for, trata-se de um ato de liberalidade, interpretado restritivamente, em favor do empregado e serão sempre de natureza jurídica indenizatória, não integrando os salários dos trabalhadores.

Parágrafo Sétimo: As empresas poderão optar pelo pagamento das diárias através de prestação de contas (reembolso), ao final de cada viagem. Neste caso, o motorista apresentará documentos comprobatórios das despesas realizadas, respeitando-se o valor mínimo estabelecido no “caput” desta cláusula.

Parágrafo Oitavo: Para o pagamento de despesas de diárias na forma de reembolso, a declaração falsa do Empregado de ocorrência de gastos, ou apresentação de qualquer tipo de documento comprobatório de despesas realizadas que tenha gerado a obrigação do empregador aos reembolsos respectivos, caracteriza-se apropriação indébita, podendo a Empresa ressarcir-se de tal valor, a qualquer época, ficando ainda, o empregado, passível das demais sanções legais.

Parágrafo Nono: Faculta-se às empresas a adoção de meios alternativos para pagamento das diárias de viagem aos seus motoristas, desde que esta modalidade seja acordada por intermédio de Acordo Coletivo de Trabalho, e os valores apurados não sejam inferiores aos estipulados nesta cláusula.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA AJUDA PARA ALIMENTAÇÃO

A partir de Primeiro de Maio de 2.017, as empresas integrantes das categorias econômicas acima definidas, por força da negociação ficam obrigadas a conceder 01 (uma) cesta básica para cada um de seus empregados, até o dia 15 de cada mês, sendo que este benefício não possui natureza salarial, não integrando o salário e nem gerando reflexos sobre as demais verbas salariais, previdenciárias, fundiárias e fiscais.

Parágrafo Primeiro: O valor correspondente aos itens da Cesta Básica têm avaliação média de **R\$ 147,35 (cento e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos)**.

Parágrafo Segundo: As empresas do Setor de Logística e de Transporte Rodoviário de Cargas em Geral estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Taquari, Araguainha, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Nova Nazaré, Novo Santo Antonio, Pedra Preta, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Poxoréo, Querência, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Santa Cruz do Xingu, Santo Antonio do Leste, São José do Povo, São José do Xingu, São Pedro da Cipa, Serra Nova Dourada e Tesouro, poderão entregar a Cesta Básica em produtos ou através de ticket, vale-refeição, ou cartão alimentação.

Parágrafo Terceiro: Para as empresas do Setor de Logística e de Transporte Rodoviário de Cargas em Geral, estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Água Boa, Araguaiana, Barra do Garças, Campinápolis, Campo Verde, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Luciara, Nova Brasilândia, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Paranatinga, Porto Alegre do Norte, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Torixoréu e Vila Rica, que tiverem interesse em fornecer a Cesta Básica em ticket, vale-refeição, ou cartão alimentação, o valor a ser praticado será negociado livremente com os trabalhadores de cada região, com a chancela do sindicato laboral.

Parágrafo Quarto: As empresas que optarem em fornecer a cesta básica por intermédio de ticket, vale-refeição ou cartão alimentação, estes deverão ter aceitação no território nacional.

Parágrafo Quinto: Faculta-se às empresas a modalidade de concessão deste benefício social, em conformidade ou não do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, porém, o desconto máximo a ser efetuado na remuneração do empregado referente ao auxílio alimentação será no valor de R\$ 6,00 (seis reais), por mês.

Parágrafo Sexto: O empregado que faltar ao trabalho, sem justificativa durante o mês, não fará jus ao recebimento da Cesta Básica.

Parágrafo Sétimo: O empregado que estiver em tratamento médico, seja a expensas da empresa ou do INSS, tem o direito a perceber Cesta Básica idêntica à dos demais empregados por um período de até 03 (três) meses consecutivos, cessando o benefício pelo decurso do prazo ou pelo seu retorno ao trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA COMPOSIÇÃO DA CESTA BÁSICA

A Cesta Básica prevista nesta Convenção será composta dos produtos a seguir relacionados:

QTDE.	PRODUTO / MARCA
10 Kg	De arroz tipo 1 Longo Fino / Tio Urbano, Rei ou similar
04 Kg	De feijão tipo 1 / Rei ou similar
04 Kg	De açúcar
02 Kg	De macarrão espaguete com ovos
02 Kg	De farinha de trigo especial
01 Kg	De farinha de mandioca
01 Kg	De sal refinado
01 Kg	De sabão em pó / Omo, Minerva ou Ipê
½ Kg	De café / Brasileiro ou similar
½ Kg	De carne tipo charque
05	Barras de sabão / Ipê ou similar
04	Latas de óleo de soja
04	Latas pequenas de extrato de tomate
02	Crems dentais de 90 gramas / Sorriso ou similar
02	Sabonetes / Lux Luxo ou similar
02	Pacotes de lã de aço / Bom Bril ou Assolan
02	Pacotes de papel higiênico com quatro rolos

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO AUXÍLIO FUNERAL

As empresas arcarão com os ônus decorrentes das despesas com funerais de seus empregados mortos em acidente de trabalho, limitadas em até 08 (oito) salários mínimos.

Parágrafo Único: Fica excluída desta obrigação a empresa que fornece seguro de vida normativo para seus motoristas e seguro de vida em grupo que contemple esse benefício para os demais empregados.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO SEGURO DE VIDA NORMATIVO

As empresas ficam obrigadas a contratar e custear seguro de vida para todos os seus motoristas, referentes às suas atividades, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral, com indenização mínima em valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor do piso salarial de sua categoria, conforme previsto no artigo 2º, item C, da Lei nº 13.103/2015.

Parágrafo Primeiro: Eventual descumprimento da obrigação descrita nesta cláusula ficará sujeita a empresa ao pagamento da indenização do empregado ou de seu(s) beneficiário(s), nos limites aqui especificados.

Parágrafo Segundo: O pagamento do valor deverá observar especificamente o dano correspondente, sendo que, o valor do teto do referido benefício fica garantido em caso de morte natural, morte acidental e invalidez permanente, tudo conforme análise do procedimento administrativo junto à seguradora contratada.

Parágrafo Terceiro: Fica pactuado que todo valor ou condição, além dos fixados nesta Cláusula, sofrerá sob o instituto legal da compensação, abatimento com qualquer valor decorrente de decisão judicial que eventualmente fixe condenação aos empregadores, em processos judiciais que busquem quaisquer indenizações, trabalhistas ou cíveis, movidos por seus empregados e/ou dependentes, decorrentes de acidentes em que as empresas ou seus prepostos possam ser inseridos direta ou indiretamente.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS DOCUMENTOS ADMISSIONAIS

As Empresas ficam obrigadas, quando da admissão, a fornecer, a seus empregados, as cópias dos contratos de trabalho e quaisquer outros documentos que resultem do vínculo laboral, que sejam firmados na sua vigência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ANOTAÇÕES EM CARTEIRA PROFISSIONAL

As Empresas cuidarão para que nas carteiras profissionais de seus Empregados, sejam anotados os cargos efetivos, respeitados as estruturas, eventualmente existentes, de cargos e salários.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS HOMOLOGAÇÕES

As rescisões de contrato de trabalho, dos empregados que contarem com tempo de serviço igual ou superior a 12 meses deverão ser homologadas perante o sindicato da categoria profissional, sendo que, a assistência dar-se-á sem ônus para a empresa, ou perante autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E.

Parágrafo Primeiro: As rescisões de contrato de trabalho homologadas no Sindicato Laboral poderão ser quitadas através de cheque administrativo, transferências bancárias ou moeda corrente nacional.

Parágrafo Segundo: Havendo ciência expressa do empregado face ao dia, hora e local em que deverá ser realizada a homologação da rescisão contratual, o sindicato laboral fornecerá documento hábil, nos casos em que dita homologação for obstada por ausência do empregado ou acontecimento, do qual a empresa não foi responsável.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGADO EM CURSOS E TREINAMENTOS

A participação não obrigatória dos Empregados em cursos, treinamentos, palestras, reuniões, seminários, congressos e eventos do gênero que visem melhoria de condição profissional e aprimoramento técnico, intelectual e moral não será, sob quaisquer argumentos, considerado como tempo à disposição do Empregador, e, por isso, não serão computados na duração da jornada de trabalho.

Parágrafo Único: Os sindicatos participantes anuem com a validade de cláusulas ou contrato aditivo de trabalho de permanência.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PROIBIÇÃO DE CARONAS E ACOMPANHANTES

Acordam também os sindicatos signatários, que incorre em falta grave, o motorista que oferecer caronas a terceiros nos veículos de sua empregadora, sendo ainda, vedada, a permanência no interior destes, de qualquer pessoa que não esteja diretamente ligada à prestação de serviços de transporte, excetuando-se os casos em que forem autorizados por escrito pelo empregador.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS ARQUIVOS E SISTEMAS ELETRÔNICOS

Os arquivos e sistemas eletrônicos, software, banco de dados, sistemas de comunicação ou informações disponibilizadas pelo empregador, são única e exclusiva propriedade deste, e protegidos pelas Leis nºs 9.609/98 e 9.610/98.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA ESTABILIDADE DA MULHER GESTANTE

Para a mulher gestante aplica-se o contido no Art. 7º, inciso XVIII, e artigo 10º, inciso II, alínea "B" das disposições transitórias da Constituição Federal Brasileira.

Parágrafo Único: A empregada gestante deve informar à empresa seu estado gravídico tão logo se cientifique do mesmo durante o pacto laboral. Havendo rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, deverá a empregada informar à empresa seu estado gestacional em até 30 (trinta) dias após o término do aviso prévio, sob pena de configurar abuso de direito.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA ESTABILIDADE DO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTAR-SE

O empregado que contar com pelo menos 05 (cinco) anos de serviço na empresa, não poderá ser demitido durante o período de 12 (doze) meses que anteceder o direito de requerer sua aposentadoria, desde que comunique a empresa de maneira expressa, sobre a sua pretensão em aposentar-se no prazo de um ano.

Parágrafo Único: O empregado perderá a sua estabilidade no emprego prevista nesta cláusula em casos de cometimento de falta grave, se for dispensado por justa causa, ou por sua própria iniciativa.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DE AMBIENTE SAUDÁVEL À MULHER GESTANTE

Assegura-se à empregada gestante, o imediato remanejamento para outra função na empresa, quando no seu local de trabalho esteja exposta a qualquer agente nocivo insalubre ou perigoso.

Parágrafo Único: As empregadas gestantes que trabalham internamente nas empresas terão preferência na fila do ponto e no refeitório.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA JORNADA DE TRABALHO

Tendo em vista as disposições da Lei nº 13.103/2015, que trouxe modificações substanciais no instituto legal da duração do trabalho da categoria de motoristas, os sindicatos acordantes passam então a pontuar os seguintes aspectos na presente convenção coletiva de trabalho:

Parágrafo Primeiro: Será considerado como trabalho efetivo o período em que o motorista empregado estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso e descanso e o tempo de espera.

Parágrafo Segundo: A duração normal da jornada diária de trabalho do motorista empregado é de oito horas diárias, ou quarenta e quatro horas semanais, salvo previsão contratual, ela não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos, podendo ser iniciada e/ou realizada em horários variáveis.

Parágrafo Terceiro: A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias, ficando autorizada através do presente instrumento a prorrogação por até 4 (quatro) horas extraordinárias, conforme disposição do artigo 235-C da Lei 13.103/2015, respeitado o limite semanal de 20 horas extraordinárias.

Parágrafo Quarto: Aos trabalhadores que recebem remuneração da forma mista (fixo + comissões variáveis), no cálculo de horas extras deverá ser considerada a hora normal remunerada acrescida de adicional constante no parágrafo segundo deste artigo e quanto a parte variável por comissão, será devido apenas o adicional de horas extras, tendo em vista que a hora normal já foi remunerada com as comissões auferidas, nos termos do Enunciado 340 do TST.

Parágrafo Quinto: Aos trabalhadores comissionados (salário variável), em sendo devidas horas extras, para o cálculo dessas será devido apenas o adicional de horas extras, tendo em vista que a hora normal já foi remunerada com as comissões auferidas, bem como, deverá ser utilizado como divisor o número de horas efetivamente laboradas, nos termos do Enunciado 340 do TST, não fazendo jus ao pagamento de domingos e feriados em dobro, desde que lhe seja garantida a folga compensatória (nos termos da Sumula 146 do TST).

Parágrafo Sexto: Será assegurado ao motorista profissional empregado um intervalo mínimo de 1 (uma) hora e máximo de até 04 (quatro) horas para refeição e descanso, podendo esse período coincidir com o tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo Sétimo: Dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período.

Parágrafo Oitavo: Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional empregado permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, o repouso diário pode ser feito no veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em outro local que ofereça condições adequadas.

Parágrafo Nono: Para a hora de trabalho noturno aplica-se o disposto no art. 73 da CLT.

Parágrafo Décimo: São considerados Tempo de Espera, as horas em que o motorista profissional empregado ficar aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computados como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias.

Parágrafo Décimo Primeiro: As horas relativas ao tempo de espera serão indenizadas na proporção de 30% (trinta por cento) do salário-hora normal.

Parágrafo Décimo Segundo: Em nenhuma hipótese, o tempo de espera do motorista empregado prejudicará o direito ao recebimento da remuneração correspondente ao salário base diário.

Parágrafo Décimo Terceiro: Quando a espera de que trata o parágrafo décimo primeiro for superior a 2 (duas) horas ininterruptas e for exigida a permanência do motorista empregado junto ao veículo, caso o local ofereça condições adequadas, o tempo será considerado como de repouso para os fins do intervalo de que tratam os parágrafos quinto e sexto, sem prejuízo do disposto no parágrafo décimo segundo.

Parágrafo Décimo Quarto: Durante o tempo de espera, o motorista poderá realizar movimentações necessárias do veículo, as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, porém, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas aludido no parágrafo quinto.

Parágrafo Décimo Quinto: O empregado é responsável pela guarda, preservação e exatidão das informações contidas nas anotações em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou no registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, normatizados pelo CONTRAN, até que o veículo seja entregue à empresa.

Parágrafo Décimo Sexto: Os dados referidos no parágrafo anterior poderão ser enviados a distância, a critério do empregador, facultando-se a anexação do documento original posteriormente.

Parágrafo Décimo Sétimo: Aplicam-se as disposições deste artigo ao ajudante empregado nas operações em que acompanhe o motorista.

Parágrafo Décimo Oitavo: Fica pactuado que o motorista empregado tem a obrigação de anotar de forma fidedigna, a jornada de trabalho efetivamente laborada, os intervalos, o tempo de espera e os descansos semanais, tampouco podendo alegar impossibilidade de fazê-lo.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO BANCO DE HORAS

O chamado Banco de Horas é uma possibilidade admissível de compensação de jornada, vigente a partir da Lei 9.601/1998. Trata-se de um sistema de compensação de horas extras mais flexível, possibilitando à empresa adequar a jornada de trabalho dos empregados às suas necessidades de produção e demanda de serviços.

Parágrafo Único: As empresas que quiserem implantar o Banco de Horas deverão procurar o Sindicato Laboral para firmarem Acordo Coletivo estipulando as condições e autorizando a sua implantação.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR)

Nas viagens de longa distância com duração superior a 07 (sete) dias, o DSR será de 24 (vinte e quatro) horas por semana ou fração trabalhada, sem prejuízo do intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas, totalizando 35 (trinta e cinco) horas, usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso.

Parágrafo Primeiro: É permitido o fracionamento do DSR em 02 (dois) períodos, sendo um destes de, no mínimo, 30 (trinta) horas ininterruptas, a serem cumpridos na mesma semana e em continuidade a um período de repouso diário, que deverão ser usufruídos no retorno da viagem.

Parágrafo Segundo: A cumulatividade de descansos semanais em viagens de longa distância de que trata o caput fica limitada ao número de 03 (três) descansos consecutivos.

Parágrafo Terceiro: O motorista empregado, em viagem de longa distância, que ficar com o veículo parado após o cumprimento da jornada normal ou das horas extraordinárias fica dispensado do serviço, exceto se for expressamente autorizada a sua permanência junto ao veículo pelo empregador, hipótese em que o tempo será considerado de espera.

Parágrafo Quarto: Não será considerado como jornada de trabalho, nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração, tampouco como hora de prontidão, o período em que o motorista empregado ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo dos intervalos de repouso.

Parágrafo Quinto: Nos casos em que o empregador adotar 02 (dois) motoristas trabalhando no mesmo veículo, o tempo de repouso poderá ser feito com o veículo em movimento, assegurado o repouso mínimo de 06 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado, a cada 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo Sexto: Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada de que trata o art. 235-C, devidamente registradas, e desde que não se comprometa a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino.

Parágrafo Sétimo: Nos casos em que o motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado e em que o veículo disponha de cabine leito ou a embarcação disponha de alojamento para gozo do intervalo de repouso diário previsto no § 3º do art. 235-C, esse tempo será considerado como tempo de descanso.

Parágrafo Oitavo: Para o transporte de cargas vivas, perecíveis e especiais em longa distância ou em território estrangeiro poderão ser aplicadas regras conforme a especificidade da operação de transporte realizada, cujas condições de trabalho serão fixadas em convenção ou acordo coletivo de modo a assegurar as adequadas condições de viagem e entrega ao destino final.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS SISTEMAS ALTERNATIVOS DE CONTROLE DE JORNADA

As empresas poderão adotar, conforme o disposto na Portaria 373 de 25/02/2011, sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, em seus exatos termos, a exceção dos motoristas cujos controles serão os estabelecidos na Lei nº 13.103/15.

Parágrafo Único: As partes ratificam o seguinte posicionamento e entendimento sobre a jornada de trabalho do motorista e da equipe do veículo:

- a) Antes da entrada em vigor da Lei nº 12.619/12 a jornada de trabalho era excepcionada pelo artigo 62, I, da CLT;
- b) Com a entrada em vigor da Lei nº 12.619/12, a jornada de trabalho passou a ser por ela regulada.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DAS FALTAS INJUSTIFICADAS

Será considerada falta injustificada ao trabalho, quando em virtude de reparos do veículo/equipamento utilizado pelo motorista empregado, o empregador disponibilizar outro veículo/equipamento para o exercício de sua profissão, e o colaborador se negar a iniciar suas atividades.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL

Faculta-se às empresas a estipulação de jornada especial de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de folga), para os setores onde a demanda o exigir.

Parágrafo Primeiro: Os dias trabalhados nos domingos, exceto quando domingo coincidir com feriado, serão considerados como dias normais, face à compensação da jornada, e não

implicam acréscimo adicional ao salário, especialmente horas extras, salvo quanto ao adicional para a jornada noturna.

Parágrafo Segundo: O retorno à jornada normal de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, não implica em alteração salarial, ressalvado a garantia do artigo 468 da CLT.

Parágrafo Terceiro: O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO EXTERNA

Aplicam-se aos trabalhadores exercentes de atividade externa, os dispositivos do Art. 62, I, da CLT, isentos do controle de jornada de trabalho. Esta disposição não se aplica aos motoristas ou equipe do veículo, cuja normatização é a definida na Lei nº 13.103/15 e nesta convenção.

Parágrafo Primeiro: Para os efeitos desta cláusula, trabalhadores exercentes de atividade externa são aqueles que estiverem em exercício de sua atividade fora da sede ou filial da empresa onde foram contratados, sem qualquer fiscalização ou possibilidade de controle de jornada, nos termos do artigo 62, inciso I da CLT.

Parágrafo Segundo: Não se aplica, por seu flagrante conflito com o disposto no art. 62, I, da CLT, o disposto no art. 74, § 3º do mesmo diploma legal.

Parágrafo Terceiro: Quando em viagem, deverão ser respeitados e determinados pelo próprio trabalhador, conforme sua necessidade ou conveniência, os repousos interjornada e intrajornada estabelecidos no Art. 71, da CLT, bem como o início e o término da viagem.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DAS EXIGIBILIDADES PARA A UTILIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Deverá a empresa observar os preceitos estabelecidos nesta C.C.T, para que as cláusulas aqui estabelecidas em caráter especial passem a integrar formalmente os contratos individuais de trabalho, e para que seja possível a aferição dos detalhes a elas inerentes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

Os Sindicatos patronal e profissional ora acordantes pactuam, de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, a possibilidade das empresas representadas pelo primeiro, desenvolverem suas

atividades todos os dias do mês, incluindo sábados domingos e feriados, a fim de cumprirem com seus compromissos.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO DE UNIFORME E EPI

O fornecimento de uniforme será gratuito quando exigido o seu uso, bem como, o equipamento de proteção individual (EPI), prescrito por lei, ou em face da natureza do trabalho prestado, e serão devolvidos à Empresa por ocasião da rescisão contratual, nas condições em que se encontrarem, sob pena de serem descontados do trabalhador demitido, os valores a eles atinentes.

Parágrafo Único: As empresas que exigirem de seus empregados o uso de uniforme, deverão fornecer gratuitamente no mínimo, 04 (quatro) unidades, para uso obrigatório durante a vigência do presente instrumento normativo.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA “CIPA”

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é uma comissão formada por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos empregados dentro das empresas. Tem a missão de prevenir acidentes e doenças do trabalho, preservando a vida, a integridade física e a saúde dos trabalhadores. As CIPAs devem ser formadas e mantidas de acordo com o artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Norma Regulamentadora nº 5 aprovada pela Portaria nº 08/99.

Parágrafo Primeiro: O Cipeiro representante dos empregados terá estabilidade no emprego desde o momento do registro de sua candidatura à CIPA até um ano após o término do mandato e somente poderá ser desligado da empresa por meio de demissão por justa causa.

Parágrafo Segundo: As Empresas se comprometem a informar ao respectivo sindicato profissional, no prazo de 10 dias, anteriores à eleição, os nomes e os cargos dos componentes da "CIPA".

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS

Acordam as partes que as empresas poderão implantar programas internos de prevenção e de combate ao uso de drogas e álcool, além de campanhas e ações específicas sobre estes temas, sendo autorizado, desde já, o uso de bafômetros e de exames laboratoriais em empregados.

Parágrafo Único: O empregado que se recusar a realizar tais exames, ou a participar do programa, estará sujeito às penas previstas na CLT.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Para efeito de justificativa e abono de faltas e atrasos, as Empresas aceitarão os atestados médicos e odontológicos, desde que conste data, Código Internacional de Doenças - CID ou justificativa expressa no atestado pelo não lançamento do CID.

Parágrafo Único: Quando a empresa dispor de serviços médicos próprio ou através de convênio poderá confirmar as informações contidas nos Atestados.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS EMPREGADOS

As empresas descontarão mensalmente, a Contribuição Confederativa de todos os trabalhadores pertencentes à categoria representada pelos sindicatos laborais o percentual de 1,30% (um vírgula trinta por cento) apurado sobre o salário base de cada empregado, exceto as empresas estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Campo Verde, Nova Brasilândia, Paranatinga e Primavera do Leste, cujo desconto será de 1% (um por cento) .

Parágrafo Primeiro: Ao desconto previsto nesta cláusula, fica assegurado o direito de oposição do empregado, o qual poderá ser exercido a qualquer momento, mediante a manifestação na sede do sindicato, ou por simples carta, cessando o desconto após a manifestação do empregado e sendo válidos os descontos já efetuados.

Parágrafo Segundo: Caso as empresas sejam condenadas a ressarcir os descontos da Contribuição Confederativa, o Sindicato Laboral que foi beneficiado reembolsará a empresa de acordo com a liquidação da sentença, desde que, a mesma informe o Sindicato Laboral sobre a ação em que o seu empregado buscou o referido ressarcimento.

Parágrafo Terceiro: É de inteira responsabilidade dos sindicatos laborais as despesas ocasionadas pelo cumprimento desta cláusula, desde que, os sindicatos laborais sejam cientificados da ação em andamento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DOS EMPREGADOS

As empresas descontarão dos trabalhadores associados aos sindicatos laborais, o percentual de **2,50% (dois vírgula cinquenta por cento)** do salário base a título de Contribuição Social a partir do pagamento relativo à sua adesão, exceto as empresas estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Campo Verde, Nova Brasilândia, Paranatinga e Primavera do Leste, cujo desconto será de 1,5% (um vírgula cinco por cento) .

Parágrafo Primeiro: Os empregados da base territorial dos sindicatos laborais que forem filiados e que contribuem com a Taxa Social ficam isentos do pagamento da Contribuição Confederativa, exceto os empregados em empresas estabelecidas nas cidades mato-grossenses de: Campo Verde, Nova Brasilândia, Paranatinga e Primavera do Leste.

Parágrafo Segundo: A empresa fica obrigada a efetuar o desconto e a efetuar o repasse do valor relativo aos descontos da Contribuição Social e da Contribuição Confederativa até o 10º dia útil subsequente ao descontado, juntamente com a relação nominal dos empregados e os respectivos valores descontados, arcando com o ônus pelo prejuízo causado ao sindicato, conforme previsão legal.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS ACORDOS COLETIVOS

Atendida à legislação em vigor fica permitida às empresas e aos empregados firmarem Acordos Coletivos de Trabalho com o fim de atender situações eventuais e peculiares tais como: banco de horas, compensação de jornada de trabalho, comissões, cálculo e remuneração de diárias, cesta básica, ticket, vale refeição, cartão alimentação, além de outros, com a ciência/assistência das entidades profissional e patronal, podendo ainda se for o caso, ser assistida pela Delegacia Regional do Trabalho em qualquer dos casos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DO QUADRO DE AVISOS

As empresas colocarão à disposição do Sindicato dos Empregados, quadro de avisos nos locais de trabalho para a fixação de comunicados oficiais da categoria profissional, desde que não contenham matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Os membros da comissão de negociação, eleitos em assembleia geral do sindicato laboral, serão dispensados do trabalho, no limite máximo de 02 (dois) empregados por empresa e sem prejuízo dos vencimentos, nos dias e horários designados para as rodadas de negociação tendentes à celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Para o exercício deste direito, o sindicato deverá comunicar as empresas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DO RETORNO DA NEGOCIAÇÃO

Após Março de 2.018, em decorrência da data base aqui neste instrumento determinada, as partes se reunirão novamente, e voltarão a negociar as cláusulas sociais e econômicas de um novo instrumento coletivo.

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DAS REUNIÕES PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

As entidades acordantes se reunirão sempre que forem solicitadas e com a real necessidade de se avaliar os conflitos que venham a surgir durante a vigência dessa Convenção.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DOS MOVIMENTOS DE GREVE PREVISTO NA LEI 7.783/89

A entidade representativa da categoria profissional assume o compromisso expresso de não promover e nem fomentar movimentos de paralisação grevista nas empresas de transporte rodoviário de cargas, exceto em casos de descumprimento da presente convenção ou das leis vigentes, o que deverá ser objeto de prévia comunicação por escrito, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência ao Sindicato Patronal, a fim de que se esgotem as possibilidades de busca de soluções.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DAS CONDIÇÕES MAIS BENÉFICAS PARA O EMPREGADO

As condições mais benéficas para o empregado já existentes nos contratos individuais, deverão ser mantidas pelas empresas.

Parágrafo Primeiro: Qualquer coincidência de concessão entre Cláusula deste instrumento e norma legal auto aplicável, terá aplicação a regra mais favorável, vedada a cumulatividade, observada de qualquer forma a norma de compensação.

Parágrafo Segundo: Fica ressalvada a superveniência de lei dispendo imperativamente de modo diverso, que passará a ser cumprida.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CCT

Sempre que houver descumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, apurado em regular processo judicial ou administrativo, a parte infratora será devidamente notificada a pagar uma multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do maior piso salarial previsto nesta Convenção Coletiva, a qual será revertida em favor do empregado prejudicado ou do sindicato, quando for o caso, e não será cumulativa por cláusula descumprida.

Parágrafo Primeiro: A aplicação da penalidade mencionada nesta cláusula, somente poderá ocorrer após a notificação da empresa pelo sindicato laboral para que a mesma exercite o seu direito da ampla defesa e do contraditório no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da mesma.

Parágrafo Segundo: No caso do descumprimento ser referente ao não desconto ou pagamento das contribuições devidas aos sindicatos, a multa prevista nesta cláusula será revertida em favor da entidade sindical prejudicada.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA ENTREGA E DO REGISTRO NO MTE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho entrará em vigor em vigor 03 (três) dias após a entrega da mesma na Superintendência Regional do Trabalho ou após a sua inclusão no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho – MEDIADOR, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina o parágrafo primeiro do artigo 614 da CLT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DO COMPROMISSO

Os Sindicatos convenientes, de comum acordo, se comprometem a manter contato constante e diálogo franco para a superação de conflitos durante a vigência desse Instrumento Coletivo.

Assim, justas e acordadas, subscrevem as partes a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para uma só finalidade, e que terão plena vigência e obrigatoriedade de cumprimento entre as entidades convenientes e entre as categorias respectivamente representadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, independente do registro de seu inteiro teor no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, o que se dará oportunamente.

Fica eleito o foro da sede de cada Sindicato e de acordo com a lei para dirimir as dúvidas e aplicação das normas ora convencionadas.

LUIZ GONCALVES DA COSTA
Membro de Diretoria Colegiada
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIARIO DO ESTADO DE
MATO GROSSO

LUIZ GONCALVES DA COSTA
Membro de Diretoria Colegiada
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO TRANSPORTE TERRESTRE DE
RONDONPOLIS E REGIO - STTRR

WELLINGTON OLIVEIRA DA SILVA
Presidente
SINTROVALE/MT - SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS E TRABALHADORES
RODOVIARIOS DO VALE DO SAO LOURENCO

LUIZ ROBERTO LIMA NEVES
Membro de Diretoria Colegiada
SINTTRO SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOV MOTORISTAS
PROFISSIONAIS B. GARCAS E REGIAO

LEDEVINO DA CONCEICAO
Presidente
SINDICATO DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE

TRANSPORTES TERRESTRE DE CUIABA E REGIAO

ROBERTO LUIZ TEDESCO

Presidente

SETCARR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE
RONDONOPOLIS E REGIAO

ANEXOS

ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.